



# Laudo de Avaliação

Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis da **Companhia Energética do Jari – CEJA** em **28 de fevereiro de 2026.**

## **Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis**

Aos Acionistas e Administradores da  
**Engie Brasil Energia S.A.**  
Florianópolis – SC

### **Dados da firma de auditoria**

**1. BERKAN Auditores Independentes S.S.**, sociedade estabelecida na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua Joinville, nº 308, 2º andar, sala 202, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 21.449.300/0001-22 e registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina sob o nº SC009075/O-7, neste ato representada por seu sócio, Sr. Bradley Ricardo Moretti, contador, inscrito no CPF sob o nº 797.311.479-34 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina sob o nº SC023618/O-6, residente e domiciliado em Blumenau/SC, com escritório no mesmo endereço da representada, foi nomeada pela administração da Companhia Energética do Jari – CEJA (“Companhia”) para proceder à avaliação do patrimônio líquido contábil da Companhia, em 28 de fevereiro de 2026, com base em seus livros contábeis e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresentando, a seguir, o resultado de seus trabalhos.

### **Objetivo da avaliação**

**2.** O presente laudo tem por objetivo determinar o valor do patrimônio líquido contábil da Companhia Energética do Jari – CEJA, com base em sua posição patrimonial levantada em 28 de fevereiro de 2026, para fins de subsidiar sua incorporação por sua acionista, ENGIE Brasil Energia S.A., em observância à legislação societária aplicável e às práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis**

**3.** A Administração da Companhia Energética do Jari - CEJA é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia encontra-se descrito no Anexo II deste laudo.

### **Alcance dos trabalhos e responsabilidade dos auditores independentes**

**4.** Nossa responsabilidade consiste em expressar conclusão acerca do valor do patrimônio líquido contábil da Companhia Energética do Jari – CEJA, em 28 de fevereiro de 2026, com base nos trabalhos realizados em conformidade com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nossos trabalhos compreenderam o exame do balanço patrimonial levantado na referida data, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, as quais requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor, bem como o planejamento e a execução dos trabalhos com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil objeto deste laudo está livre de distorção relevante.

5. A emissão de laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil requer a aplicação de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência apropriada e suficiente acerca dos saldos contábeis registrados. Os procedimentos aplicados dependeram de nosso julgamento profissional, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido contábil, independentemente de ser causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, consideramos os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial da Companhia Energética do Jari – CEJA, com a finalidade de definir os procedimentos de exame apropriados às circunstâncias, e não com o propósito de expressar opinião sobre a efetividade desses controles internos. Nossos trabalhos incluíram, ainda, a avaliação da adequação das práticas contábeis adotadas e da razoabilidade das estimativas contábeis efetuadas pela administração. Entendemos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

## Conclusão

6. Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 1.119.171.679,94 (um bilhão, cento e dezenove milhões, cento e setenta e um mil, seiscentos e setenta e nove reais e noventa e quatro centavos), conforme Balanço Patrimonial em 28 de fevereiro de 2026, registrado nos livros contábeis e apresentado, arredondado para milhares de reais, no Anexo I, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da Companhia Energética do Jari - CEJA, avaliado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Blumenau, 22 de abril de 2026

BERKAN Auditores Independentes S.S  
CRC SC 009075/O-7

---

Bradley Ricardo Moretti  
Sócio  
Contador CRC SC 023618/O-6

ANEXO I – Balanço Patrimonial

COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI - CEJA  
CNPJ Nº 03.581.989/0001-62 | NIRE Nº 35 300 175 620  
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2026  
(Em milhares de reais)

ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	28.02.2026		28.02.2026
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	229.629	Fornecedores	117.918
Contas a receber de clientes	48.345	Financiamento	55.907
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	17.586	Dividendos e juros sobre capital próprio	113.840
Prêmio de risco a apropriar - repactuação do risco hidrológico	2.293	Concessões a pagar (Uso de Bem Público)	3.016
Outros ativos circulantes	7.783	Imposto de renda e contribuição social	2.571
	<b>305.636</b>	Outros passivos circulantes	8.725
			<b>301.977</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	
<b>Realizável a longo prazo</b>		Financiamento	235.006
Depósitos vinculados	20.381	Concessões a pagar (Uso de Bem Público)	31.563
Prêmio de risco a apropriar - repactuação do risco hidrológico	4.779	Provisões para contingências	762
Outros ativos não circulantes	1.412	Imposto de renda e contribuição social diferidos	585
	<b>26.572</b>	Outros passivos não circulantes	840
			<b>268.756</b>
		<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
<b>Imobilizado</b>	<b>965.986</b>	Capital social	650.824
<b>Intangível</b>	<b>391.711</b>	Reservas de lucros	450.875
	<b>1.384.269</b>	Lucro líquido do período	17.473
			<b>1.119.172</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.689.905</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.689.905</b>

## Anexo II – Principais políticas contábeis

### NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética do Jari - CEJA (“CEJA” ou “Companhia”), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 28.08.2004, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração do potencial hidrelétrico da Usina Hidroelétrica Santo Antônio do Jari e a comercialização da energia elétrica gerada por tal usina, assim como a realização de qualquer outro serviço que possa, total, ou parcialmente, estar ligado ao seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a UHE Santo Antônio do Jari (“Usina”), a qual está localizada no rio Jari, entre os municípios de Almeirim, no estado do Pará (PA), e Laranjal do Jari, no estado do Amapá (AP). A Usina possui capacidade instalada de 393 MW1 e garantia física de 211 MW médios. Em 17.09.2014, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia” ou “EBE”), com o qual mantém contrato de prestação de serviços.

### NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### a) Instrumentos financeiros

#### a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

#### a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

#### a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

#### a.4) Financiamento

O financiamento é reconhecido inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

#### a.5) Concessões a pagar (Uso do Bem público - UBP)

Correspondem às obrigações financeiras contratuais de pagamentos pela outorga onerosa da concessão de usinas hidrelétricas. Foram registradas inicialmente pelo valor presente das parcelas a pagar ao longo do prazo da concessão e, subseqüentemente, pelo custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente.

### b) Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável. Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A depreciação dos ativos em plena operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

## c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

## d) Intangível

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu intangível oriundo do direito de extensão de concessão, em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a Companhia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto nas Leis nº 14.052/2020, nº 14.182/2021 e resolução autorizativa nº 16.467/2025, ao valor justo, o qual é, usualmente, equivalente ao valor definido e disponibilizado pela Aneel. Este direito foi reconhecido quando o direito se tornou virtualmente certo, em contrapartida da rubrica “Direito de extensão de concessão”.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base nos contratos comerciais ou de concessão.

## e) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

## f) Transações entre partes relacionadas

As transações de compra e de venda de energia, de prestação de serviços e de emissão e compra de instrumentos financeiros são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

## g) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

## h) Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

## i) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

São segregados no balanço patrimonial e no resultado entre impostos correntes e diferidos.

### i.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

São calculados individualmente de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras e são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial, quando os tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e serão quitados pelo valor líquido.

O benefício fiscal da dedução de imposto de renda, para empreendimentos construídos em região incentivada, é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica “Lucros acumulados” para “Reserva de incentivo fiscal”, no patrimônio líquido.

### i.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal –, ou compensar os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo “não circulante”, de forma líquida, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

## j) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado e intangível; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) taxa de desconto aplicada nas concessões a pagar (UBP) e (iv) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

\*\*\*